

Histórias contadas por mulheres: estratégias de resistência de mulheres negras na sociedade colonial em “Fe en Disfraz”, de Mayra Santos Febres

Marta Cristina Alves Çaró

No romance *Fe en Disfraz*, através da personagem Fe Verdejo, conhecemos a história de algumas mulheres que de alguma forma, conseguiram derrotar seus senhores, escondendo parte de sua pele, uma metáfora para sua dor, e mantiveram sua ferida aberta como um impulso ao domínio que tentaram exercer sobre elas.

Antes de mais nada, para entender os dilemas e tensões em torno da temática da igualdade e reconhecimento das diferenças, é necessário conhecer a perversidade e brutalidade do colonialismo e da escravidão. Na reflexão sobre essas questões, são importantes, inicialmente, as concepções de Aimé Césaire e Frantz Fanon. A obra *Discurso sobre o colonialismo* de Aimé Césaire (1913-2008), poeta, político, intelectual e pensador martinicano, criador do conceito da negritude que se refere à condição de opressão do negro desencadeada a partir da diáspora africana, é fundamental para a compreensão da condição colonial e, consequentemente, da luta anticolonial.

Para o pensador Césaire, o ato de colonizar não é nem evangelização, nem filantropia, nem educação formal, nem extensão do Direito ocidental ao povo, mas, sim, pirataria, roubo e comércio. O poeta deixa claro que a colonização é necessariamente um ato de pilhagem. É unicamente a partir do entendimento de que o processo colonial é um saqueio que podemos iniciar um processo de resgate histórico dos sujeitos que foram silenciados nesse caminho: “cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros” (CÉSAIRE, 2020, p.11). É difícil se posicionar como negro que foi brutalmente humilhado pela escravização, principalmente os homens que não puderam defender e prover suas famílias que eram desmembradas para melhor aproveitamento da mão de obra. É fato que “A recuperação da condição de provedor familiar é, para o homem negro, historicamente também fenômeno recente, e os dados apresentados revelam ainda presentemente, a precariedade de tal condição” (CARNEIRO, 2020, p.50).

O Colonialismo e toda a sua opressão durante muito tempo calou a voz do negro. De tal forma que a temática do racismo não era discutida, pois não havia uma consciência racial, o sentido de que era necessário lutar e resistir. Os pais sabiam que os filhos sofreriam o preconceito, mas não sabiam como ajudar, apenas orientá-los para que se defendessem.

Nesse contexto, faz-se necessária uma conscientização negra crítica que nasça através da leitura de autores variados, inclusive, mulheres negras.

De acordo com Césaire, a opressão da mulher negra na América Latina e em outras regiões colonizadas é uma consequência da opressão colonial mais ampla e da ideologia racista que justificava a escravidão e a subjugação dos povos colonizados. Ele argumenta que a opressão da mulher negra não se limitava apenas à escravidão, mas também persistia na sociedade pós-colonial, onde as mulheres negras continuavam a serem discriminadas e exploradas de várias maneiras. Além disso, Césaire afirma que a opressão da mulher negra é frequentemente esquecida ou marginalizada nas discussões sobre o colonialismo e a luta pela libertação dos povos colonizados. Para ele é fundamental reconhecer e abordar as questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras na luta contra a opressão colonial e no processo de construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Assim, no contexto específico da escravidão e da opressão colonial, os corpos dos escravizados foram submetidos a uma disciplina brutal e desumana, que visava transformá-los em objeto de propriedade e controle. Lembrando Foucault, o poder se exerce através da disciplina dos corpos dóceis, ou seja, corpos dóceis são corpos domesticados e moldados para se encaixar nas normas e expectativas da sociedade. Afinal, através desses dois autores, percebe-se como a ideologia racista e a disciplina dos corpos dóceis foram utilizadas para controlar e subjugar as populações negras nas Américas. E para sair e vencer o racismo muitos encontraram saída na ascensão social, através do concubinato que promoverá o embranquecimento de pretos e pretas. O capítulo 3 aprofundará mais sobre o assunto.

Na visão do psiquiatra e filósofo Franz Fanon em sua obra *Pele negra máscaras brancas* (1952), colonizados e colonizadas buscaram sobreviver ou alcançar seus objetivos, fazendo o teatro das máscaras brancas. Vale dizer que ele escreveu para seu povo, os martinicanos, na intenção de chamar a atenção deles para essa alienação que consiste na atitude do/a negro/a colonizado/a, que busca suas máscaras como tentativa de sobreviver ou ser aceito diante da sociedade racista. O homem negro quer ser um ser humano civilizado, que também é sinônimo de ser branco. Logo, é branco que ele tentará ser para resistir em todos os espaços em que as colonizadas e colonizados precisam se adequar e buscar a saída de embranquecimento; mas, segundo o filósofo, é uma armadilha para o nada ou para o não-ser, pois esse seria um indivíduo imerso na cultura alheia e alheio a sua própria cultura, a sua identidade, a sua história. O sujeito alienado enxerga, nas máscaras brancas, a única saída de sua negritude marginalizada, ou seja, esses disfarces são gatilhos para a alienação, que é uma

vida definida pela prisão, pelo servilismo, pela prostração, pelo desespero, pelo medo, pelo tremor e pela escravidão (FANON, 2008, p.26).

Para Fanon, a mulher negra foi particularmente afetada pela opressão colonial, tanto pela exploração econômica quanto pela opressão racial e de gênero, pois ela era vista como objeto sexual pelos colonizadores brancos e, ao mesmo tempo, como um símbolo de degeneração e inferioridade. Desta forma, a luta contra a opressão colonial passa pela luta pela libertação da mulher negra. São lutas que não podem ser separadas e que é fundamental reconhecer e enfrentar as opressões específicas que afetam as mulheres negras.

A Literatura contemporânea nas Américas: um processo de decolonialidade

O processo de decolonialidade na literatura contemporânea já tem um início inovador ao ouvir e dar voz a sujeitos subalternizados e oprimidos durante séculos pela lógica colonial. São sujeitos que estão emergidos em um problema estrutural-colonial, racial, de gênero e classe que necessita de transformação para que se construam condições distintas e inclusivas que levem em conta suas realidades, subjetividades, histórias e lutas. Dessa forma, muitos escritores e escritoras passaram a utilizar a literatura como forma de questionar e desafiar as estruturas coloniais que ainda persistem na sociedade.

Desde a colonização europeia, a literatura das Américas foi dominada por autores brancos e europeus, que frequentemente representavam os povos colonizados de maneira estereotipada e marginalizada. A literatura contemporânea, no entanto, tem visto um aumento da diversidade de vozes e perspectivas, com muitos escritores e escritoras negras, indígenas e de outras minorias, trazendo novas perspectivas e experiências para a literatura.

Além disso, a literatura nas Américas tem abordado temas como racismo, colonialismo, machismo, homofobia, e outras formas de opressão com o objetivo de denunciá-las e promover a mudança social. Consequentemente, as mentes vão se descolonizando, rompendo com as estruturas eurocêntricas e patriarcais da sociedade, e promoverá uma mudança social mais ampla, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma reflexão crítica é o que se pretende através da análise do romance *Fe en disfraz*, da escritora porto-riquenha Mayra Santos-Febres que narra a história da personagem Fe Verdejo, mulher afro-caribenha, historiadora e museógrafa, da Universidade de Chicago que está realizando uma pesquisa. Para auxiliá-la contrata um historiador, Martín Tirado, homem, branco e especialista em preservação de documentos históricos e digitalização que assume o papel de narrador do processo de pesquisa e da relação que estabelece com Fe Verdejo.

A autora opta por dar protagonismo a uma mulher e negra. Protagonismo também intelectual, já que Fe será a responsável pela pesquisa e Martin o auxiliar. Esta opção ressalta o pensamento de que a mulher negra é a síntese de duas opressões; a opressão de gênero e da raça, segundo Sueli Carneiro, em sua obra *Escritos de uma vida*.

Durante a pesquisa, Fe e Martin, encontram documentos sobre mulheres escravizadas e abusadas sexualmente por homens brancos nos impérios espanhóis e português, a partir de registros históricos do Brasil, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e Porto Rico que desvelam as relações de dominação e submissão no binômio senhor/escrava. Nessas perspectivas, percebemos que os territórios são diferentes, a língua é diferente, contudo, o passado violento identifica essas mulheres e as aproxima para denunciar os maus tratos sofridos.

Alguns documentos referem-se a mulheres escravizadas e depois alforriadas de diversas regiões e outros relatam abusos, que levaram as escravas a pedir ajuda ao Santo Ofício, além de declarações de torturas e castigos e relatos minuciosos de estupros com conteúdo sexual violento, como se verifica nessas passagens

Otros tan solo recogían testimonios de -abusos-, en los cuales las esclavas pedían amparo real. Encontró, además documentos de condena por el Santo Oficio, declaraciones de tormentos y castigos. Mariana Di Moraes, Diamantina, la mulata Pascuala; los testimonios se sucedían uno tras otro. Relataban estupros y forzamientos con lujo de detalles. Su contenido sexual era particularmente violento (FEBRES, 2018, p.18).

Em nota, ao final do romance, a escritora informa que os documentos inseridos são baseados em fontes primárias, que ela recolheu, traduziu, alterou ou mesmo inventou. Entre as fontes primárias ou secundárias utilizadas, ela cita narrativas de escravos de diferentes espaços, como: Colômbia –Cartagena de Índias, Ana Maria, 1743; Costa Rica – Valle de Matina, María y Petrona, 1719; Venezuela – Mérida, mulata Pascuala, 1645; –Maracaibo, Fe Verdejo, 1985; e Brasil – Minas Gerais, Diamantina, 1785.

No romance, o fato de os personagens-pesquisadores utilizarem documentos históricos dá veracidade aos acontecimentos narrados. De fato, eles eram inusitados e, logo, a pesquisadora percebeu que esses documentos revelavam algo diferente. Contavam a história de escravas alforriadas de diversas regiões sob domínio lusitano e espanhol que conseguiram tornar-se proprietárias. Outros continham simplesmente testemunhos de “abuso”, nos quais as escravas buscavam proteção real. Esses testemunhos sucederam-se um após o outro, detalhando violações particularmente cruéis e atos de violência sexual (p.18).

A pesquisa realizada por Fe Verdejo leva-a ao entendimento de que em inglês, são numerosos os testemunhos de escravos que contam as suas experiências e se opõem à escravatura. Mulheres instruídas que faziam parte de grupos abolicionistas as ensinaram a ler

e escrever. Depois, selecionavam suas histórias e financiavam a publicação desses testemunhos para que o público pudesse conhecer os horrores do comércio de escravos. Pessoas como Oludah Equiano, Harriet Jacobs, Mary Prince e Frederick Douglas, escravos com nome e sobrenome que compartilharam o inferno de suas vidas sob o domínio da escravidão. Já em espanhol, porém, fora das memórias de Juan Manzano de Cuba e do depoimento "Biografía de un Cimarrón" de Miguel Barnet, praticamente não existem narrativas escritas por escravos, muito menos por escravas.

Durante o período da escravatura e da luta pela abolição percebe-se a escassez de testemunhos escritos por escravos e escravas em espanhol, em comparação com a abundância de relatos semelhantes em inglês.

Os documentos relatam a história de Diamantina que apresenta em 1785 declaração em nome dos seus cinco filhos. Eram escravos de Dom Tomás de Angueira e Dona Antonia de La Granda y Balbín. Na aldeia do Tejuco, era notório o tratamento cruel que a escrava recebia de sua dona. Esses abusos, que incluíam insultos públicos na praça após a missa, chicotadas e empurrões, eram especialmente intensos quando a escrava estava grávida. Diamantina, então, pediu licença para encontrar outra casa para servir e outro senhor que a comprasse com os filhos.

Dona Antonia, 45 anos, infértil, explicou que sabia dos usos que seu marido dava à escrava. Que ela os ouvia se divertindo por toda parte, seu marido ofegante sobre o corpo de Diamantina e que, mais de uma vez, ela os tinha visto “em flagrante”, ele

pinchándole la carne, mordiéndole los pechos y ella gritando como las “callejeras de la calle”, como acostumbran las que se son de su clase [...] las negras, personas sujetas a servidumbre, viles, de baja suerte, atrevidas y desavergonzadas [...] las criadas [...] corruptas como callejeras pues en realidad lo son, que así son estas mujeres todas y como tal se comportan (FEBRES, 2008, p.24).

Dona Antonia declarou que havia feito pouco, e que continuará a fazê-lo, sem piedade, ainda que estando Diamantina grávida, porque havia tido muitos problemas com a ingrata que não soube agradecer o abrigo, a comida e a tentativa de conduzi-la pelos caminhos da fé e da moralidade. Passados 10 dias dessa declaração, dona Antonia reconheceu seus excessos e compreendia “sus deberes como casta y legal esposa del señor De Angueira” (p.25). Diante de tais declarações, Diamantina retirou seus pedidos de mudança de amo.

Pouco tempo depois, acometida de uma doença, Dona Antonia, estabeleceu em seu testamento que Diamantina deveria ser vendida para que se pagasse seu funeral e enterro;

porém, após o falecimento, seu marido esclareceu que a escrava já havia pago em trabalho o suficiente para sua alforria, libertando-a e a seus 5 filhos.

Mais uma vez se apresenta Diamantina ao governador para comunicar que o senhor De Angueira havia falecido e que trazia com ela o testamento feito por ele, de próprio punho, declarando como seus herdeiros universais os 5 filhos de Diamantina. Seus bens compreendiam uma fazenda com seus anexos que ela pede que se efetue a escritura em nome de seu filho mais velho, de acordo com o disposto pelo antigo dono.

Junia Ferreira Furtado desfez a imagem estereotipada de Chica da Silva como uma mulher sedutora e extravagante, ao mostrar a sua vida no arraial do Tejuco, atual Diamantina, em seu livro *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito* (FURTADO, 2003). Sua pesquisa contradiz o mito da mulher sedutora e apresenta-nos uma ex-escrava que é modelo de luta, respeito e resistência para todas as mulheres. Ao mesmo tempo, apresenta particularidades inexploradas e ocultas com relação aos costumes da sociedade mineira colonial, o cotidiano das mulheres alforriadas e as relações raciais nas Minas Gerais do ápice da “febre dos diamantes”. Essa pesquisa é importante, pois demonstra a inteligência e astúcia das mulheres escravizadas para inserir-se na sociedade em meio a tanta violência e negação de sua humanidade, como a escrava Diamantina.

Na região das Minas Gerais, a alforria para as escravas era mais fácil de ser atingida, pois a presença de mulheres, principalmente as brancas, era escassa. Desta forma, o concubinato se popularizou e muitos senhores alforriavam suas escravas, na maior parte das vezes, no leito de morte. É importante destacar que o concubinato não é a única saída para a obtenção da alforria pelas mulheres negras, elas se inserem no comércio como “escravas de ganho” e conseguem comprar a sua própria alforria.

“Nessa perspectiva, a sociedade mineira apresentou uma diversidade e uma miscigenação muito maiores do que as demonstradas pelas sociedades escravistas do litoral brasileiro, do Caribe e do sul dos Estados Unidos” (FURTADO, 2003, p.22). Muitas escravas mudaram seus destinos ao se envolverem com homens brancos, vivendo com eles e tendo uma prole numerosa, como era o costume da época. Porém, a união oficial não era permitida entre pessoas de classes distintas.

Estudos recentes indicam que, uma vez alçadas à condição muito comum na época, de concubinas de homens brancos, as forras procuravam se reinserir na sociedade, usufruindo as vantagens que esta podia lhes oferecer, a fim de minimizar o estigma da cor e da escravidão (FURTADO, 2003, p.22).

Chica da Silva era uma mulata, filha da negra Maria da Costa com o português Antônio Caetano de Sá. Nasceu escrava, mas foi alforriada por João Fernandes de Oliveira, rico contratador de diamantes, com o qual mantinha uma relação de concubinato e, por isso, levou uma vida próxima a das senhoras brancas da sociedade mineira do século XVIII. Para tanto, construiu sua nova identidade de mulher forra que iria inserir-se na sociedade do Tejuco, a partir do nome do contratador, com o qual permaneceria vinculada até o fim da vida, de escrava parda: Francisca da Silva de Oliveira.

Percebe-se que a intenção das mulheres era fugir do estigma da escravidão e para tanto precisavam esconder e apagar a sua negritude “desabonadora” em prol de um pai branco e honrado para sua descendência, como se percebe

poderia mesmo ser considerado desvantajoso para sua descendência produzir documentos oficiais ligando um pai branco e honrado a uma mulher mestiça e forra, pois qualquer tentativa de acesso a um cargo ou honraria demandaria vasculhar a vida dos antepassados; logo, quanto menos documentos existissem sobre Chica, quanto mais lacunares fossem as informações sobre ela mais facilmente a memória de sua condição inferior poderia ser apagada. (*FURTADO, 2003, p.57*)

Não existia interesse no casamento, pois os ascendentes seriam investigados. Ocasionalmente, os documentos oficiais eram alterados por aqueles que tinham algum poder para apagar os vestígios da escravidão e, assim, ter a possibilidade de obter um título de nobreza que era conseguido por sangue ou por mérito. A sociedade naquela época era desigual e o pensamento era que deveria ser assim. Hoje já não pensamos daquela forma, mas somos desiguais economicamente. Não existia e não existe ainda democracia racial, já que é preciso embranquecer para ser aceito.

Com João Fernandes, Chica teve 13 filhos, tendo criado suas nove filhas no melhor estabelecimento de ensino daquela região para que fossem letradas, como era comum entre as famílias brancas fazer com as filhas mulheres. Seus filhos homens foram para o Reino, também de acordo com a tradição branca. Ela pretendia que os filhos ascendessem e tivessem lugar de destaque na sociedade; para tanto, Chica fez de tudo para apagar os vestígios da escravidão, os traços indesejáveis, através do embranquecimento ao imitar os brancos.

As meninas são letradas. Quem sabe serão encaminhadas para casamentos de verdade, não amancebadas como a mãe. Toda a prole de alguma forma estará livre das origens que poderiam reduzir suas perspectivas de vida. Ela vai se empenhar para que os vestígios da escravidão desapareçam nos atalhos da burocracia e da rede de influência que os poderosos tecem com esmero. Sabe que seu amor fará o mesmo, enquanto estiver no Reino. Tem poder suficiente para ter o próprio rei como interlocutor” (*RIBEIRO, 2021, p.23*).

Chica da Silva acumulou considerável soma e tornou-se proprietária de casas, chegando a possuir mais de 100 escravos, desta forma, sua riqueza facilitou a ascensão social e inserção nos círculos sociais da época, contudo, de forma alguma foi resultado de uma sociedade racialmente democrática. Ainda assim, teve que enfrentar muitos desafios para ser aceita socialmente na região de Diamantina.

A história de Chica da Silva tem sido utilizada para o estabelecimento do início do mito da cordialidade e democracia racial brasileira que teria ocorrido através do processo de miscigenação, contudo, o que ocorreu foi o estupro da mulher negra, que sem alternativas, cedia. Por conseguinte, ao invés de possibilitar o início dos fundamentos para constituição afirmativa de uma identidade negra, a alforria foi muitas vezes um começo do processo de aceitação dos valores da elite branca para que assim se inserissem na sociedade, bem como os seus descendentes. “O processo de branqueamento étnico e cultural revela não as características democráticas das relações entre as raças, mas as armadilhas sutis por meio das quais se esconde a opressão racial no Brasil” (FURTADO, 2003, p.23).

A pesquisa histórica minuciosa, realizada e apresentada neste livro de Júnia Furtado, foi coletada em arquivos do Brasil, Portugal e Estados Unidos e demonstra que Chica da Silva foi um exemplo de como mulatos e negros procuravam diminuir o estigma da cor e da condição de ex-escravos ao ascender socialmente. Apagar para embranquecer era um ato de resistência, embranquecer para sobreviver.

Não obstante o fato de Chica da Silva ter ascendido socialmente, deve-se levar em conta e não romantizar essas relações, pois havia ainda o preconceito contra a mulher que “eram cortejadas, enganadas, manipuladas como um brinquedo, mas nunca levadas a sério”, eram reprimidas e deveriam se portar como devidas donzelas. Eram “consideradas incapazes, desprovidas da razão, deviam ser em face disso subjugadas pelos homens” (FURTADO, 2003, p.117). Seus anseios não interessavam, em particular quando eram escravas, já que os senhores usufruíam delas segundo seus caprichos, dado que neste período o homem tinha total liberdade de seus atos e podia relacionar-se com mulheres indígenas e negras, mesmo estando casado, sem que houvesse nenhum tipo de punição.

Evidencia-se, portanto, que “as relações sociais que marcaram o período colonial no Brasil e envolviam mulheres negras escravizadas tiveram como marca a violência seja física ou simbólica” (RIBAS, 2021, p.26). Era melhor conformar-se sexualmente aos senhores que

serem punidas com o tronco. Elas sofriam uma dupla violência, dos senhores e das senhoras brancas, que as viam como um risco para o seu casamento.

Muitos abusos sexuais foram cometidos em razão da objetificação sofrida pela mulher negra, que quase não sendo um ser humano, portanto, dela se podia usufruir. Por conseguinte, há uma construção histórico cultural que inferiorizou a mulher negra socialmente e que faz aumentar o preconceito e a discriminação com relação a ela.

Os estigmas referentes às mulheres negras vinculados à raça/cor, alastravam a ideia de que elas seriam mulheres fáceis e que não se enquadrariam na condição de mulheres “para casar”, pois possuíam um “apetite sexual inato” que as impossibilitava de alcançar esse feito.

Não obstante todos os sofrimentos e horrores advindos da escravidão e inseridas naquela sociedade sem possibilidade de retorno às suas terras africanas, muitas mulheres forras adquiriam escravos como forma de fugir da desclassificação social que o estigma da cor lhes proporcionava. A aquisição de escravos demonstrava um certo prestígio por parte da forra, uma vez que este era caro e servia como uma “poupança”, já que “tinham nos seus escravos não só o principal meio de acúmulo de pecúlio, como igualmente de afirmação social” (FURTADO, 2003, p.144).

A escrita de romances cuja/o protagonista é uma mulher/homem negra/o “de sucesso” resgata a autoestima ao avistar uma imagem que serve de padrão de orgulho. É preciso ter orgulho de nossas mulheres e homens que a despeito do estigma herdado da escravidão, lutaram e continuam lutando para conquistar o seu lugar na história.

Não se deseja um país racista, pode-se construir outro país capaz de respeitar a dignidade humana de todas as pessoas e de dar condições dignas para todos. A ajuda pode ser mútua e de todos para diminuir o preconceito. Porém, a variável “raça” ainda tem peso determinante na desigualdade social no Brasil, perpetuando um quadro de exclusão e marginalização dos negros, com especial destaque para a população feminina negra. Há muito por fazer. O racismo disseminado e institucionalizado produz na vida dessas mulheres um problema de grande magnitude com repercussões na estima, renda, educação, saúde, chefia da família, pobreza, analfabetismo, etc.

Pesquisas que contem a história de nossas mulheres precisam ser incentivadas, contadas e analisadas várias vezes e com finalidades distintas para erguer um futuro mais justo no que se refere ao gênero feminino. Cada vez mais as mulheres escrevem e são lidas sem permitir que outros falem por ela, mas nem sempre foi assim. Sob o mesmo ponto de

vista do autor anterior, o livro *Mulheres do Brasil: a história não contada* traz vários relatos de como elas foram apagadas ou tiveram o seu papel diminuído.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da silva e o contratador de diamantes - o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

RIBAS, Renata. *As multifaces de Chica da Silva em três romances brasileiros*. São Paulo: Editora Dialética, 2021. RIBEIRO, Joyce. *Chica da Silva Romance de uma vida*. São Paulo: Geração, 2021.

SANTOS-Febres, Mayra. *Fe en disfraz*. Mexico: Planeta, 2017.

